

Lino Moreira da Silva

**A IMPRENSA REGIONAL E  
A DEFESA DA  
LÍNGUA PORTUGUESA**

**BARCELOS  
TERTÚLIA BARCELENSE  
2004**



B)  
70.2(469)(042)  
IL



Lino Moreira da Silva

**A IMPRENSA REGIONAL E  
A DEFESA DA  
LÍNGUA PORTUGUESA**

**BARCELOS  
TERTÚLIA BARCELENSE  
2004**

MUNICIPIO DE BARCELOS

BIBLIOTECA MUNICIPAL

Nº 65211

*Leonor  
Zarabiane*

Nº. Depósito Legal - 210258/04

11322

## A IMPRENSA REGIONAL E A DEFESA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos,

Ex.m<sup>a</sup> direcção cessante da Tertúlia Barcelense,

Ex.m<sup>a</sup> direcção empossada da Tertúlia Barcelense,

Dig.mas Autoridades,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Caros amigos:

As palavras que aqui venho proferir, esta noite, têm como objectivo principal celebrar a tomada de posse da nova direcção da Tertúlia Barcelense, presidida pelo Sr. Ilídio Barros, coadjuvado pelo Eng. Carlos Neto, o Dr. Vítor Pinho, Presidente da Assembleia Geral, e alguns outros colaboradores, entre os quais destaco o Dr. Vale Ferreira. Trata-se de uma associação que, como é sabido, tem já suficientes provas dadas de probidade, dedicação e labor cívicos, nomeadamente na persecução de objectivos fundamentais a que se propôs desde que foi instituída, tais como: a defesa dos valores e dos bons princípios, a defesa do jornalismo como informação e cultura, a intervenção social, a promoção de actividades de lazer e ocupação de tempos livres. Destas finalidades assumidas pela Tertúlia Barcelense, e que em muito têm contribuído para dignificar esta já de si distintíssima cidade de Barcelos, seja-me permitido fazer sobressair uma, por sinal daquelas a que a Tertúlia Barcelense tem conferido maior destaque e a que com mais denodo tem procurado corresponder - o jornalismo.

Preocupando-se destacadamente com o jornalismo regional, da maior relevância no nosso tempo, para o desenvolvimento das localidades e das suas populações, a Tertúlia Barcelense está a contribuir para a informação, a formação e a ocupação dos tempos livres dos indivíduos e o progresso da sociedade, pondo-se ao serviço da propalação dos valores culturais e humanos no espaço concreto onde interage.

Tendo-me sido dirigido o honroso convite, que agradeço, para desenvolver uma temática, a meu critério, para celebrar a tomada de posse da nova direcção da Tertúlia Barcelense, considereei que, sendo o jornalismo um dos seus temas preferidos, e sendo a vertente da defesa da Língua Portuguesa uma temática viva e actual da realidade cultural portuguesa, seria oportuno destacá-la e desenvolvê-la aqui. Peço licença para colocar diante de V<sup>a</sup>.s Ex.<sup>as</sup> alguns pontos para reflexão, precisamente acerca desse tema, que eu faço integrar na designação genérica de "O Papel da Imprensa Regional na defesa da Língua Portuguesa", com que intitulo esta minha intervenção.

## **1 - GLOBALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS LÍNGUAS**

O tempo em que vivemos constitui-se num enorme desafio para as línguas.

Como todas as realidades do mundo, elas são afectadas pelo fenómeno da globalização, que, como sabemos, embora irreversível, e nem sempre encarado da forma mais equilibrada e construtiva, é modelável.

Assiste-se a uma voragem globalizadora, a "globalmania" (D. Harvey, 1996), a *macmundialização*, a *hollywoodização* do mundo - na política, na economia, na cultura, na sociedade,

sendo atingido até o conceito de cidadania, que impende para alcances que, hoje, ainda não abarcamos completamente.

Com a intenção de reencaminhar a globalização para os melhores sentidos, foi publicado muito recentemente, para discussão, o Relatório *globalização com dignidade*, da OIT, mostrando-se empenhado em contribuir para uma globalização mais justa, para todos, nos mais diversos domínios.

Por um lado, as línguas entraram, internacionalmente, em disputa entre si, no espaço global, para se definir quem dirige o quê e manda em quem no palco das comunicações do mundo. Os meios de comunicação globais, abrangendo grandes espaços, sentem necessidade de uma língua de comunicação, e essa atribuição não se encontra, como parece acontecer, de modo algum definitivamente esclarecida.

Por outro lado, a sobrevivência, no mundo de hoje, passa por associações de países e regiões que, detendo as suas línguas tradicionais, se confrontam com o desafio de as serem suplantadas por outras, no seu próprio espaço, com todas as contraindicações (e contradições) que isso implica.

Além disso, o mesmo fenómeno da globalização faz com que os diversos estados e nações reajam às ameaças de desintegração por que se vêm afectados, anulando a força das línguas e dialectos locais e regionais, porque assim promovem esse objectivo e impedem que a sua língua oficial (com o que ela significa de unidade, identidade e comunicação) perca relevância.

É por estas razões que, como reconhece a Unesco (jornal *Expresso*, de 13.04.2002), estão a morrer todos os anos mais de duas dezenas de línguas, em todo o mundo, e que, apesar de serem mais de 6.700 os idiomas falados na terra, aproximadamente dois terços da população mundial utilizam, como língua de comunicação, somente onze delas (alemão,

árabe, bengali, castelhano, espanhol, francês, hindi, inglês, japonês, mandarim, Português, russo).

De entre os muitos comentários que poderia tecer a partir daqui, fico-me por referir, em síntese, que já não existe hoje no mundo qualquer respeito pelas velhas línguas de cultura e civilização do passado, e que mais que nunca o fenómeno linguístico passou a estar dependente de factores económicos, financeiros, tecnológicos, estratégicos, militares, energéticos, administrativos... e até factores da moda (como acontece, por exemplo, com a música, o cinema e a literatura). São factores globalizadores que marcam as línguas e as ameaçam de enfraquecimento e até de extinção.

Ora, sendo esse fenómeno compreensível, isso não quer dizer que ele seja positivo e sustentável para o nosso tempo e para o nosso mundo.

No espaço europeu, é a União Europeia (por exemplo, Pareceres nº 447, de 02.04.1998; nº 248, de 08.12.2003; nº 86, de 28.06.2001, do Comité das Regiões; Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias, de 05.11.1992) que se esforça por instituir uma Europa das Regiões, onde se destaque o factor da diversidade e todas as línguas mantenham o seu âmbito de influência.

A nível mundial, é a ONU (logo na própria Carta das Nações Unidas) que defende que todas as línguas e culturas devem conservar o seu espaço, deixando antever que o definhamento de quaisquer delas exprime, de algum modo, o empobrecimento dos povos que as falam e de toda a humanidade.

E, de facto, a alma de um povo ou de uma região é a sua língua. Já o queria significar Fernando Pessoa, através do heterónimo Bernardo Soares, ao escrever que "a minha Pátria é a Língua Portuguesa (F. Pessoa, 1986, p.573). E uma vez a língua de um povo desvalorizada, é a alma desse povo que, numa dimensão fundamental, recebe o prejuízo.

Todavia, o fenómeno aí está, e é preocupante. Há ameaças reais de hegemonia de umas línguas sobre outras, há tendências instituídas e em transformação constante, há cenários internacionais que fazem antever a valorização de certas línguas em relação a outras, há línguas a morrer, há lutas de domínio territorial que se travam, não já sobre a posse da terra, mas do veículo de comunicação linguístico de quantos a ocupam.

O certo é que, por mais cómodo que fosse, pelo menos em alguns casos, termos apenas uma língua de comunicação, isso tornaria o mundo monolítico, desinteressante e desenraizado, o que iria contra a liberdade de os povos disporem de individualidade e poderem fazer opções, também na língua em que comunicam. Por outro lado, poderá considerar-se natural a existência de línguas de comunicação supra-nacionais e supra-regionais, e ainda que haja línguas dominantes em determinadas áreas (por exemplo, o inglês na ciência e na tecnologia), isso não poderá significar o definhamento da diversidade linguística e comunicativa, já que exprimiria o monolitismo de que falo e a transformação do mundo no espaço desinteressante que referi.

## **2 - ALGUNS DESAFIOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA**

A Língua Portuguesa tem atrás de si uma longa tradição e uma longa história. Surgida da desagregação do latim, e sendo, "com pouca corrupção", uma das suas herdeiras naturais, no seio das línguas românicas (como destaca Camões, pela boca de Vénus, no Episódio do Consílio dos deuses, de *Os Lusíadas*, estrofe 33, Canto I), ela, depois de ter sofrido influências diversas no espaço onde nasceu, e ter

evoluído marcada por isso, espalhou-se pelo mundo, recebendo e provocando mais influências, a partir do século XV, com as descobertas.

O Português é, hoje, uma das línguas mais faladas internacionalmente, sendo a terceira língua europeia e a sexta língua a nível global, e a língua materna e/ou língua oficial de 8 países e diversíssimos espaços em todo o mundo, com os quais é preciso interagir.

É já tradicional que os portugueses não apreciam as riquezas que têm (entre as quais se inscreve a língua), como já denunciavam Garcia de Resende (Prólogo do *Cancioneiro Geral*) e João de Barros (*Década I*, Livro IV, capº XI). Segundo este último autor, os portugueses descuravam registar o que faziam, "como se não fosse tão grande louvor ditallo per penna, como ganhallo pela lança" (J. de Barros, 1973, pp.361-362).

Por tudo quanto já salientei acerca dos desafios que afectam as línguas, há que desenvolver os maiores cuidados para que, do presente para o futuro, a Língua Portuguesa seja o menos tocada possível pelos factores negativos da globalização.

Como acontece em todo o mundo global, o Português está perante vários desses factores, e tende a ser subalternizado em relação a outras línguas, ditas mais adequadas para representar os *sistemas modelizantes* do mundo - e não apenas no espaço de Portugal, mas em todos os espaços onde de algum modo a Língua Portuguesa ganhou raízes.

É certo que não podemos ficar indiferentes à realidade do mundo globalizado. Mas os cuidados que nos deve a Língua Portuguesa já nem se devem principalmente a ela ser uma herança feliz dos nossos antepassados, nem a ser, como assinalava Rodrigues Lobo (*Corte na Aldeia*, Diálogo I), "branda para deleitar, grave para engrandecer, eficaz para mover, doce para pronunciar, breve para resolver e acomodar

às matérias mais importantes da prática e escritura" (F. R. Lobo, 1991, 69).

A isso estamos obrigados, sobretudo, porque a nossa língua é de expressão mundial e os países e espaços que a tomaram como sua necessitam que ela permaneça forte para fins de comunicação, expressão cultural e civilizacional, identidade, independência, diferenciação geo-estratégica, integração regional.

O Português está presente em todos os continentes, é falado, hoje, por mais de 200 milhões de pessoas, por 8 países que a têm como língua materna ou oficial e por imensas comunidades espalhadas pelo mundo. Só no espaço europeu, fora de Portugal, ela é falada por alguns milhões de indivíduos, e a segunda maior cidade onde se fala Português é... Paris. A Língua Portuguesa apresenta-se como língua de comunicação, de cultura, de comércio e administração, língua literária, língua internacional, língua de integração cultural e política, língua de identidade e individualização, língua de diálogo entre culturas, na Europa e em todo o mundo.

Segundo a ONU, o Português é hoje a língua que mais potencialidades tem de crescimento, sobretudo fruto das capacidades detidas pelos novos países de expressão portuguesa, na sua grande maioria muito abaixo da dimensão populacional e de desenvolvimento que comportam e de que necessitam.

Daí que devemos estar atentos e assumir os cuidados necessários à preservação da Língua Portuguesa. Apesar do património que representa, ela encontra-se assediada em muitos espaços onde é falada, com destaque para a África e a Ásia. Mas atrevo-me mesmo a dizer que, muitas vezes, os principais inimigos da língua Portuguesa são os próprios portugueses, quando a praticam negligentemente ou quando a tratam numa perspectiva de inferioridade e subserviência em

relação a outras línguas internacionais. E infelizmente isto não acontece apenas a nível do cidadão comum. São por vezes os próprios governantes a não dar o bom exemplo (jornal *Diário Digital*, de 16-12-2003).

Porque esse esforço de defesa da Língua Portuguesa, abrangendo o alcance que lhe reconhecemos, terá de começar, exemplarmente, entre nós, no espaço onde a Língua Portuguesa teve origem, há que mobilizar para isso todos os meios ao nosso alcance.

Um desses meios, e extremamente poderoso, poderá e deverá ser a Imprensa Regional.

### **3 - A IMPORTÂNCIA DA IMPRENSA REGIONAL**

Apesar de, por vezes, se fabricarem opiniões em contrário (J. Malcolm, 1990, p.11), o jornalismo continua a ser, de facto, um interventor indispensável para o presente e o futuro da humanidade. E se a humanidade se revela "um valor a ser defendido", dever-se-á reconhecer no jornalismo "uma forma de reconstrução diária do movimento humano para si mesmo, no qual os homens se tornam, não somente reflexo, mas também projecção" (F. J. Karam, 1997, pp.38-39).

No ponto de vista que assumo na presente intervenção, o jornalismo, o jornalista (de todo o tipo de imprensa, mas, por estarem mais próximos dos cidadãos localizados, sobretudo o jornalismo e o jornalista da Imprensa Regional) deverão tudo fazer no sentido da maior correcção nos diversos domínios que o envolvem.

Assim procedendo, estarão a informar e a formar, a ajudar na ocupação dos tempos livres dos cidadãos e, ao mesmo tempo, destacadamente, a prestar um forte contributo para a defesa da Língua Portuguesa.

Não pretendo desenvolver aqui um qualquer bosquejo histórico a propósito do jornalismo - mas apenas, e muito sumariamente, lembrar que ele surge, verdadeiramente, fruto de um acumular de descobertas e experiências, com o nascimento da tipografia.

Importa referir que Portugal acompanhou muito de perto a introdução e a evolução da imprensa (N. Rosado, 1966, p.10), e que se revelou pioneiro na sua divulgação pelo oriente (Goa e Macau). O *Breviarium Bracharense*, de 1494, foi o 1º livro impresso em Braga e, ao mesmo tempo, o 1º impresso em latim no território português (A. Anselmo, 1994).

Mas as motivações que subjazem à imprensa têm o tempo de vida da humanidade, dado que desde sempre o ser humano se interessou por notícias e tentou instituir formas de as captar e disponibilizar - visando informação e formação, tratamento de problemas e sua solução, formação de uma moral publicamente generalizável, inculcação de valores, denúncia de injustiças e desigualdades, luta por interesses, degladiação política, debate ideológico... dar sinais de existência humana.

Desde as folhas avulsas, manuscritas (Egipto, China, Grécia, Roma...), que se mantiveram sem grande evolução até ao séc. XV (embora diversificando os suportes materiais), e das folhas volantes, contendo, por exemplo, notícias das embarcações e dos naufrágios sofridos pelos barcos das descobertas... sempre houve notícias, só que não publicitadas por máquinas e tiragens. Com a máquina, a imprensa adquiriu novas formas, regularidade e periodicidade, multiplicando exemplares, que podiam dirigir-se a um público mais amplo que o leitor apenas de manuscritos (J. M. Guasch Borrat, 1990, p.158).

Mas no seu sentido mais restrito, a imprensa tem acompanhado a evolução do homem sobretudo desde inícios do século XVII. Foi nessa altura que surgiram

os primeiros jornais, os *mercúrios* e as *gazetas* (J. Tengarrinha, 1989, pp.41-43), preocupados com instituir comunidades de leitores, através de continuidades no título, na periodicidade e nos assuntos.

Em França, surge *La Gazette* (1631). Em Espanha, *La Gaceta de Madrid*, (1661). Em Inglaterra, a *London Gazette* (1665). Entre nós, a *Gazeta da Restauração*, publicada entre 1641 e 1647, e fazendo a propaganda do movimento da Restauração da Independência (F. Castelo-Branco, 1970, p.1069), é considerada o nosso primeiro periódico.

Depois de algumas tentativas anteriores, a imprensa diária surgiu no século XVIII, em Londres. No tempo da revolução francesa, aí se publicaram 14 diários, dando conta do evoluir da situação (J. M. Guasch Borrat, 1990, p.158).

A imprensa continuou isolada o seu percurso ao serviço da humanidade, até que, nos anos vinte do século XX, com o aparecimento da rádio, algo relativamente a ela se começou a transformar, obrigando-a a partilhar finalidades e espaços, e conseqüentemente a adaptar-se. O mesmo aconteceu, alguns anos mais tarde, com o surgimento da televisão, e voltou a acontecer, hoje, uma vez mais, sobretudo com a nova dinâmica da rádio e da televisão e com a internet.

A Imprensa começou por não ser nem nacional nem regional nem local, nem especializada nem generalista - mas somente imprensa. Foi com o desenvolvimento dos meios técnicos e com a organização social e a experiência, o desenvolvimento e o enraizamento no seu uso, que tal divisão se estabeleceu, sendo a Imprensa Regional fruto de uma evolução e desenvolvimento da Imprensa em geral, dando origem a jornais regionais e locais, rurais e urbanos, da capital e da província.

Dentro das finalidades e vantagens assumidas pela Imprensa Regional, e no espírito de que "comunicar é uma das formas

de respiração da sociedade contemporânea" (J. J. Letria & J. Goulão, 1982, pp.5-6), há factores a merecerem destaque.

De entre eles, focalize-se que a Imprensa Regional, na sua esmagadora maioria, é não diária, e por isso permanece *actual* e junto das populações durante mais tempo; permite o combate ao analfabetismo, "factor de isolamento linguístico e social", que "provoca fechamento e falta de contactos culturais", e contribui até, a certo prazo, para a desagregação da língua (S. S. Neto, 1988, p.31); desempenha um forte papel cultural, com as muitas ligações que a prendem à história, à literatura, à etno-história; apela à reflexão, através de críticas, opinião, comentários; é mais acessível, no tempo, que a rádio/televisão; responde à necessidade de informação sobre a realidade, para ajudar o homem a intervir sobre ela e a transformá-la (J. J. Letria & J. Goulão, 1982, p.7).

Em suma, vem absolutamente a propósito lembrar que a Imprensa Regional focaliza de perto os interesses e a realidade das populações, e por isso as motiva e interessa. Não é por acaso que muitos jornais nacionais de hoje vão à procura das mesmas notícias trabalhadas pela Imprensa Regional e seguem as suas pisadas com o intuito de fidelização de públicos e sucesso editorial.

Há que destacar, especialmente, que a Imprensa Regional é lida por inteiro, é comentada ponto a ponto pelas pessoas, está presente nas famílias, nos cafés, nos restaurantes, nas associações locais, nos espaços públicos das cidades, vilas, aldeias e lugares.

Verdadeiramente, onde a grande imprensa pode não chegar, lá está, e perfeitamente enraizada e aceite, a Imprensa Regional. Porque a ela se deve muita da verdadeira informação/formação recebida, hoje, pelo povo, ela é, em muitos aspectos, bem mais importante e necessária que a imprensa nacional.

#### 4 - O PAPEL INTERVENTIVO DA IMPRENSA REGIONAL NA DEFESA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Por tudo o que foi referido relativamente à Imprensa Regional, importa destacar a importante palavra que ela tem a dizer no tocante à Língua Portuguesa.

O motivo está à vista: se não defendemos a língua localmente, e através dos meios mais directos, como é o caso da Imprensa Regional, como a defenderemos, nacionalmente ou internacionalmente, como ela necessita e merece?

E aqui entram vários aspectos, que sintetizo lembrando que um dos erros mais graves, em jornalismo, é exprimir-se, seja por que motivos for, informação inexacta e/ou de modo inexacto. Para isso concorre o uso da linguagem de forma inadequada, tal acontecendo com e sem intenção.

Em ambos os casos, ainda que com causas e consequências muito diversas, "a linguagem interfere na veracidade dos factos" (R. Cardet, 1988, p.47), e assim a Língua Portuguesa é profundamente afectada, intrínseca e extrinsecamente, tudo devendo ser feito para restringir o seu uso aos parâmetros da mais lúdima correcção.

Consideremos cada uma das duas situações enunciadas.

a) A Imprensa Regional e o combate ao uso de linguagem inadequada *com intenção*.

A língua é um veículo de ideias, pressupondo o respeito mútuo e o debate de princípios, e não o digládio ideológico a qualquer preço.

A imprensa serve-se da língua, e pode estar ao dispor "tanto do bem como o mal" (N. Rosado, 1966, p.15).

Ela é um veículo de informação, formação, valores, educação para a cidadania, luta contra o insucesso e a adversidade.

A imprensa, utilizando a Língua Portuguesa, deve representar o mais fielmente possível o pensamento, e o pensamento, por mais que passe pelo filtro de um discurso jornalístico (N. Crato, 1991, pp.89-90), deve exprimir, em última instância, a verdade. Assim não se procedendo, estar-se-á perante um uso inadequado intencional da língua, um uso que envolve deficiências (de informação, fundamentação, investigação, objectivos...) por parte de quem recorre à língua, a todos os títulos reprovável.

Na dimensão que aqui mais nos interessa, tudo o que vai contra os princípios do jornalismo, da cidadania e da ética, vai, ao mesmo tempo, contra o respeito que merece de todos nós a Língua Portuguesa.

b) A Imprensa Regional e o combate ao uso de linguagem inadequada *sem intenção*.

Pode aceitar-se, como querem alguns, que um jornalista não é um *escritor* (A. Praça, 1981, p.147). Mas não é só ao escritor que se exige que escreva bem, mas a todo o utente da língua. E o jornalista é um utente muito especial da língua.

No uso de linguagem inadequada sem intenção, há várias causas que, em síntese, deveremos referir, tais como a pressa de entregar as notícias para publicação e a não correcção dos originais, sendo verdade que o jornalista, "quanto mais anos de experiência tem, pior redige, mais rotineiro é o seu estilo e mais frequentes são as imperfeições de linguagem nas suas informações" (R. Cardet, 1988, pp.77-78).

Tal se verifica, por exemplo, no abuso do gerúndio, nas combinações verbais *fatigantes* (as famosas *frases feitas*), no recurso a pronomes e conjunções em excesso, nas repetições fastidiosas, nas palavras supérfluas, nas cacofonias, no uso impreciso das maiúsculas, no mau uso da pontuação,

nos erros de acentuação... Em tudo isto se nota falta de formação e desleixo (L. Gomis, 1991, p.96), vícios que poderiam ser evitados.

Importa pugnar pela expressão exacta, sendo maltratar a Língua Portuguesa usá-la para exprimir o pensamento sem exactidão, ainda que não se intentem objectivos ética ou deontologicamente nefastos ou obscuros.

Se na alínea anterior se refere um mau uso intencional da Língua Portuguesa, agora temos um mau uso da Língua Portuguesa por falta de profissionalismo e competência.

Há que combater a impropriedade de linguagem, a falta de comunicabilidade e motivação, as desconexões na estrutura frásica, o recurso a lugares comuns, os discursos demasiado cerebralizados que tornam a informação difícil de apreender, o abuso das metáforas agressivas, o pedantismo do vocabulário raro (mas sem cair em *termos desqualificados* ou *imagens de caserna*), a linguagem demasiado técnica (J. J. Letria & J. Goulão, 1982, pp.93-95) que afasta o leitor do ler.

Antes, o discurso jornalístico deverá pautar-se, no respeito pela Língua Portuguesa, pela clareza, simplicidade, exactidão, variedade, adequação.

É por aqui que passa, ao nível da expressão, o jornalismo de qualidade: na comunicabilidade (A. Granado & J. V. Malheiros, 2001, p.130), no cumprimento das regras gramaticais, na evitação de adjectivação fortuita ou em excesso, de repetições descabidas, de preciosismos escusados (Público, 1998, p.104), na expressão rigorosa do pensamento e das ideias que se pretende transmitir.

Estes dois aspectos devem ser entendidos como complementares, por parte do jornalista da Imprensa Regional - só assim ele corresponderá às responsabilidades que possui perante a sociedade e os cidadãos.

## 5 - CONCLUSÃO

Com a necessidade que existe de cuidar a Língua Portuguesa, impõe-se envolver na sua defesa todos os meios ao nosso alcance. Sem dúvida que, desde logo, instigar a que se formule uma política consistente da língua, que implique todos os países e espaços onde é falada a Língua Portuguesa - uma política concertada e actuante, sobre a Língua Portuguesa, em e entre todo o mundo que fala Português. Não uma política de unificação, mas de diálogo, que reconheça/aprecie a diversidade na unidade e promova todo o tipo de relações.

Depois, existe um considerável número de interventores directos, capazes desse esforço, junto das populações - as escolas (M. T. Fernández Martínez, 1992, p.50), procurando temas actuais, promovendo comunicação, realizando exercícios, jogos, conciençialização da língua (D. J. Walker, 1993, p.IX), obedecendo a uma planificação adequada (P. Sanderson, 1999, pp.2-4), e ainda as instituições, a rádio/televisão... Mas um interventor de grande relevância para responder a este desafio é a Imprensa Regional.

Se os jornalistas da Imprensa Regional têm influência e aceitação junto da opinião pública (V. Hudec, 1980, p.64), caber-lhes-á pugnar pela preservação da Língua Portuguesa.

Bem formados, conhecedores e respeitadores da língua que é a sua, em todas as dimensões (Ph. Gaillard, 1981, pp.84-85), os jornalistas da Imprensa Regional deverão ajudar a combater as muitas e graves "grosserias" (F. R. Lobo, 1991, 69) a que a Língua Portuguesa está sujeita (praticadas *com intencionalidade*, ou *sem intencionalidade*) - para que, com António Ferreira (Carta III, a Pero de Andrade Caminha), possamos, todos juntos, fazê-la florescer, falar, cantar, ouvir e viver, vencendo os desafios de hoje e caminhando, senhora de si, soberba e altiva (A. Ferreira, 2000, p.133), rumo ao futuro.

## BIBLIOGRAFIA

- ANSELMO, Artur (1994). O impressor Johann Gherlinc e o 'Breviarium Bracharensis', de 1494. *Forum*, 15/16, pp.13-20.
- BARROS, João de (1973). *Da Ásia*. Lisboa: Livraria Sam Carlos.
- CARDET, Ricardo (1988). *Manual de jornalismo*. Lisboa: Caminho.
- CASTELO-BRANCO, Fernando (1970). Imprensa periódica. In *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 10, pp.1069-1070.
- CRATO, Nuno (1991). *Comunicação social. A imprensa, iniciação ao jornalismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Maria Teresa (1992). El miedo a la información. La necesaria utilización de la prensa en las aulas. In *Simposium andaluz, aprender y enseñar com prensa radio y TV*. Huelva: Grupo pedagógico Prensa Educación de Andalucía, pp.49-55.
- GAILLARD, Philippe (1981). *O jornalismo*. Mem Martins: Europa América.
- GOMIS, Lorenzo (1991). *Teoría del periodismo - cómo se forma el presente*. Barcelona: Paidós.
- GRANADO, António & MALHEIROS, José Vítor (2001). *Como falar com jornalistas sem ficar à beira de um ataque de nervos*. Lisboa: Gradiva.
- GUASCH BORRAT, Juan María (1990). La prensa. In *Introducción a los medios de comunicación*. Madrid: Ediciones Paulinas, pp.155-201.
- HARVEY, David (1996). *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford: Blackwell Publishers.

- HUDEEC, Vladimir (1980). *O que é o jornalismo*. Lisboa: Caminho.
- KARAM, Francisco José Karam (1997). *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus Editorial.
- LETRIA, José Jorge & GOULÃO, José (1982). *Noções de jornalismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LOBO, Francisco Rodrigues (1991). *Corte na aldeia*. Lisboa: Presença.
- LÓPEZ, Manuel (1995). *Cómo se fabrican las noticias - fuentes, selección y planificación*. Madrid: Paidós.
- MALCOLM, Janet (1990). *O jornalista e o assassino: uma questão de ética*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NETO, Serafim da Silva (1988). *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença.
- PESSOA, Fernando (1986). Livro do desassossego. In *Obra poética e em prosa*. Porto: Lello & Irmão, vol. II [heterónimo Bernardo Soares].
- PRAÇA, Afonso (1981). Estilos jornalísticos e como se faz uma notícia. In José Praça e José Maria Teixeira Gomes (orgs.). *Jornalismo ao vivo, um ano de ensino do jornalismo*. Lisboa: Emcomedi, pp.141-154.
- PÚBLICO (1998). *Livro de Estilo*. Lisboa: Público, Comunicação Social.
- ROSADO, Nuno (1966). *A imprensa*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional.
- SANDERSON, Paul (1999). *Using newspapers in the classroom*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TENGARRINHA, José (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- WALKER, David J. (1993). *Exploring newspapers*. London: MacMillan.





biblioteca  
municipal  
barcelos



65211

A Imprensa Nacional e a  
defesa da Língua Portuguesa